

# **MOÇÃO ESTRATÉGICA**

## **UM COMPROMISSO RENOVADO**

**MIGUEL JOÃO PISOEIRO DE FREITAS**

**Federação do PS Algarve**

## **RAZÕES DA CANDIDATURA**

Renovar o nosso compromisso com o Algarve, num momento particularmente difícil para a região e para o país, com realismo e responsabilidade, mantendo o sentido de mudança e reforçando a credibilidade do PS, eis as razões da nossa candidatura.

O Algarve registou melhorias significativas ao nível das infra-estruturas e das condições para a qualidade de vida. O investimento público, do estado e das autarquias, puxou pelo crescimento económico e atenuou diferenças em matéria de coesão territorial. A região atraiu novos investimentos empresariais e pessoas. Crescemos.

Mas o nosso modelo de desenvolvimento tem fragilidades. Com a liderança de um sector público difuso, voluntarista e com reduzida capacidade de resposta, sustentado numa economia excessivamente dependente de fluxos externos e geradora de actividades paralelas, com um mercado de trabalho onde ainda predominam a baixa qualificação e a precariedade, com uma ocupação do território assimétrica e problemas de mobilidade que se agravam, o modelo evidencia as suas falhas.

Temos um projecto de mudança. A pensar no presente, mas também a pensar no futuro. O Algarve precisa de um novo modelo de desenvolvimento. Da economia ao emprego, da gestão do território à mobilidade e transportes públicos, da administração local à administração desconcentrada do estado e à justiça, da coordenação transfronteiriça à internacionalização, é preciso mudar.

A nossa visão é a de um "Algarve de Qualidade", em todas as suas vertentes, expressando-se em melhor investimento e mais qualidade de vida. A qualificação da região, a melhor preparação das pessoas, a coesão social e a inovação nas empresas são os desafios que enfrentamos. É aí que reside a nossa agenda para a mudança.

**Renovamos os nossos compromissos com o Algarve:** a EN 125 arrancou e o Hospital Central avança dentro do programado, o curso de medicina é um êxito, está a funcionar o Laboratório de Análises Clínicas de referência nacional, a barragem de Odelouca é uma realidade e o Polis modificará a nossa relação com a Ria Formosa e a Costa Vicentina, temos melhores escolas e muito mais creches, temos mais apoio à terceira idade e à doença, o que representa maior apoio às famílias.

Exige-se uma nova visão e um projecto regional de mudança, atento aos problemas que afectam o quotidiano. Um novo modelo de governação, a reforma das instituições, rumo à regionalização. Está em curso a revisão constitucional. É preciso um consenso nesta matéria. O Algarve tem uma palavra a dizer.

É fundamental moralizar a acção política e revitalizar o sistema partidário, dando condições para que os cidadãos participem na vida dos partidos.

**Um Partido credível com um projecto de mudança, eis a ideia que nos move.**

## UM PROJECTO DE MUDANÇA

O Algarve passa por um momento complexo, marcado pela redução de fundos estruturais, o aumento do desemprego para índices superiores à média nacional, a crescente tensão no turismo com quebra na procura e a dificuldade de gerar novas actividades. A região sente a necessidade **de mudança de modelo económico**.

**A prioridade deve ser a economia, o emprego e a luta contra a pobreza.** É preciso acelerar os apoios ao investimento e à exportação, relançar o sector turístico com novos produtos e agressividade no mercado, promover um novo estímulo industrial e potenciar a força da economia social regional para a internacionalização, **criar um programa regional de emprego e alargar o programa de luta contra a pobreza**, com o apoio das autarquias. É necessário reforçar o sentido de responsabilidade social nas empresas e nas instituições. E deve-se promover o **enquadramento da "economia paralela"**, em benefício das verbas destinadas à região, quer para infra-estruturas como para promoção turística.

**A aposta deve ser na qualificação das pessoas.** Do ensino básico ao universitário, da formação profissional de activos à formação empresarial. Autarquias com projecto escola, universidade com um ensino mais flexível e mais exigente, escolas profissionais, nomeadamente de hotelaria e turismo, concedendo níveis de formação mais elevados em articulação com instituições internacionais, empresas abertas à qualificação e uma consciência colectiva para a aprendizagem ao longo da vida, é aquilo que precisamos. É preciso um **"Projecto Educativo Regional"**, a partir de um conjunto de prioridades em torno das quais se devem mobilizar todos os agentes.

**O turismo é o motor de desenvolvimento da região.** É preciso prosseguir nos esforços de qualificação da oferta e é urgente ampliar os produtos e **desenvolver os turismos de nicho** (turismo náutico, turismo cultural, turismo de natureza, turismo sénior, turismo de saúde, turismo acessível...), para os quais é importante elaborar Planos Estratégicos Sectoriais.

É fundamental garantir **maior autonomia da Entidade Regional de Turismo e reforçar as parcerias público-privadas**, para delinear e implementar estratégias conjuntas que dinamizem a promoção do Algarve nos mercados interno e externo, estimulando novas "ferramentas" e um modelo de acção mais ajustado às novas necessidades dos mercados.

**A formação turística é matéria relevante para a região.** Muito tem sido feito pela Universidade do Algarve e as Escolas de Hotelaria e Turismo. Mas sempre defendemos que podíamos elevar o nível e projectar o Algarve em termos de formação turística a nível internacional. O projecto do **Centro de Altos Estudos do Turismo**, está dependente do processo de expropriação e recuperação do Convento de São Francisco, na zona ribeirinha de Portimão. Continuamos a acreditar neste projecto.

A mudança proposta requer **um novo estímulo industrial no Algarve**. Isso passa pela consolidação da **rede de Áreas de Acolhimento Empresarial**, com promoção conjunta do potencial regional, em particular das áreas logísticas desde há muito previstas em Tunes e Castro Marim. Mas, também, pela criação de condições para **um Parque Tecnológico de ambição internacional**, que tire partido da conjugação da proximidade ao Aeroporto, à Universidade do Algarve, ao Parque Natural da Ria Formosa e ao eixo Quinta do Lago - Vale de Lobo.

Apoiar as indústrias da cortiça e de alfarroba, a reconversão das Adegas Cooperativas e a modernização das Adegas de Quinta, defender a cooperação entre as Organizações de Produtores de citrinos e de hortícolas, estimular uma nova vaga da indústria conserveira na região, associada à aquacultura em off-shore, propor um programa de desenvolvimento e valorização da salicultura do Algarve, é fazer **um regresso ao futuro das nossas produções tradicionais**.

**É preciso potenciar a força da economia social na região**. Temos condições para afirmar um sector social dinâmico, qualificado e com dimensão para a internacionalização. Este sector emprega 22000 trabalhadores, dos quais 12000 com formação superior nas áreas da saúde, educação e acção social, representando a maioria dos quadros da região. A região encerra um potencial de desenvolvimento na formação de recursos humanos para o interior e o exterior e para criar pólos de excelência na área da saúde.

**Devemos avançar com um Programa Regional de Qualificação e Emprego que responda à especificidade da região**, ao perfil das actividades económicas e das empresas algarvias, recorrendo à experiência das associações empresariais. É indispensável aumentar o nível de qualificações para reforçar a capacidade de produção e favorecer o empreendedorismo, facilitar a adaptação tecnológica da mão-de-obra e fornecer níveis mais elevados de qualidade nos produtos e nos serviços.

**Uma das principais preocupações deve ser o emprego jovem**. É preciso lançar programas com o objectivo de assegurar aos jovens com particulares dificuldades em iniciar a sua vida profissional um percurso de transição para a vida activa, mais tranquilo e enriquecedor, sem a angústia do desemprego. Dever-se-á proporcionar aos jovens sem experiência de trabalho e sem o 12º ano de escolaridade, percursos de alternância formação-inserção, assentes na sua responsabilização individual, assim como num apoio financeiro e em modalidades de acompanhamento e enquadramento adequadas e flexíveis.

**A situação social do Algarve vai agravar-se** com o aumento do desemprego, com o impacto das medidas de contenção no nível de vida das camadas da população mais desfavorecida, sendo fundamental **encontrar respostas integradas de Luta Contra a Pobreza** trabalhando nas áreas mais afectadas, com as autarquias, as IPSS e todas as comunidades locais, alargando o programa já existente na região.

O **Complemento Solidário para Idosos**, medida implementada a partir de 2006 para os idosos com baixos rendimentos, pagável em 12 mensalidades, beneficia, neste momento, 8000 pessoas. A lógica de combate à pobreza deve igualmente ser aplicada na atribuição do **Rendimento Social de Inserção**, como medida de inserção social dos grupos mais desfavorecidos, atribuídos a quem efectivamente necessita da prestação e realize planos de inserção social contratualizados.

É preciso reforçar o **Serviço de Apoio Domiciliário**, como forma de apoio da Segurança Social para com quem mais precisa de cuidados, em sua casa e próximo da sua comunidade de residência. Além disso, queremos aumentar as respostas sociais na área dos idosos, com **a construção de mais 18 equipamentos de Lares de Idosos** e reforçar as **Unidade de Cuidados Continuados**, em articulação da Segurança Social e a Administração Regional de Saúde.

Finalmente, é nosso objectivo **avançar com mais equipamentos para pessoas com deficiência, nomeadamente, Lares Residenciais e Centros de Actividade Ocupacional.**

Em matéria de saúde temos a responsabilidade de aprofundar e melhorar o muito que já foi feito, na acessibilidade aos cuidados de proximidade, incentivando e apoiando a criação de mais Unidades de Saúde Familiar, aumentando a oferta de cuidados continuados em equipas cuidados domiciliários e em camas de internamento em particular no segmento da longa duração e manutenção, continuando **a modernizar e a qualificar as unidades hospitalares do Barlavento e de Faro, apostando em melhorias de gestão e de acessibilidade às consultas e cirurgias.**

Acima de tudo teremos nos próximos anos o desafio de dotar o Algarve com mais recursos humanos em saúde, em particular na área médica, enfrentando o previsível crescimento do número de aposentações e o crescimento contínuo da população da região. **O Curso de Medicina deve ter esse efeito de fixar recursos humanos na região.**

Assumimos, também, um compromisso de aumentar **a rede de creches, com a construção de 33 novos equipamentos em toda a região**, uma vez que nos dias de hoje as famílias devem ter apoios para que possa aumentar a taxa de natalidade e por outro lado para a conciliação da vida familiar com a vida profissional. Com mais 1500 lugares, **o Algarve é a 1ª região do país a atingir uma taxa de cobertura de 33% em creche, atingindo o compromisso de Barcelona.**

Estão a avançar obras de reabilitação, requalificação e redimensionamento de 8 Escolas Secundárias, para lá da conclusão das novas escolas de Lagos e Portimão e das obras já realizadas na Escola de S. Brás, o que **permitirá que o Algarve fique com um parque escolar de grande qualidade.**

É evidente para nós que, embora fortemente condicionado, **o investimento público continua a ser fundamental**, devendo ser melhor orientado para situações inadiáveis, na preservação da nossa zona costeira e na capacitação dos nossos portos, na reabilitação urbana e nos equipamentos sociais, sendo neste caso importante garantir a sua sustentabilidade. O avanço da EN125 e do Hospital Central são fundamentais para a economia e a qualidade de vida das pessoas. Esses são os grandes investimentos que não podem parar.

O desenvolvimento urbano e rural, o ordenamento das zonas costeiras e das áreas protegidas, o investimento em infra-estruturas e equipamentos colectivos e, muito particularmente, o crescimento das actividades económicas, dependem de instrumentos de planeamento e de leis enquadradoras que carecem de ser alteradas. A prioridade no Algarve vai para **a alteração à lei de solos e a revisão dos PDM**.

**Uma nova política de solos**, assente no valor social do solo e nos princípios da defesa da propriedade e da livre iniciativa, permitirá promover o **equilíbrio territorial**, implementar uma **política social de habitação** que satisfaça as necessidades concretas de sectores sociais com maiores problemas de acesso a uma habitação condigna (jovens, vítimas da violência de género, deficientes, etc.) e dar carácter estratégico e promover a **aglomeração das actividades económicas** em torno de áreas logísticas e projectos estruturantes, nomeadamente, os Núcleos de Desenvolvimento Turístico e os Núcleos de Desenvolvimento Económico.

Temos defendido que se avance com uma **nova geração de PDM's de cariz intermunicipal**. O ordenamento e a gestão do território devem, cada vez mais, ter uma perspectiva estratégica e ser um exercício coordenado.

Numa economia fortemente dependente do sol e do mar, toda a atenção deverá ser dada à área do ordenamento do território nas zonas costeiras. A intervenção nos **POLIS da Ria Formosa e da Costa Vicentina** permitirão requalificar as nossas zonas ambientais mais delicadas, preservar ecossistemas importantes e dinamizar a economia local. Caso se concretize o POLIS RIOS, defenderemos a inclusão do **Guadiana e do Arade**.

**Os portos e as áreas portuárias são uma prioridade regional**. Em situação de forte contenção, os investimentos devem ser devidamente equacionados em função do custo/benefício, do impacto económico regional e local e da situação concreta do projecto. É preciso um plano de investimentos a médio prazo nos portos do Algarve.

O Algarve tem uma poderosa infra-estrutura de Investigação e Desenvolvimento na área da economia do mar. Esta linha de desenvolvimento regional deverá apontar para a criação de um **Pólo de Competitividade (PCT) ou de um Cluster nesta área**, associando instituições de I&D, organismos públicos, empresas e associações, em forte articulação com outras regiões, particularmente do Mediterrâneo.

Devemos reafirmar a identidade marítima do Algarve no contexto europeu e mundial. É necessário avançar com a intervenção na **Fortaleza de Sagres, dirigida à Epopeia dos Descobrimentos**, primeira etapa da globalização, tema hoje omnipresente, dando às viagens portuguesas uma actualidade.

Em matéria de infra-estruturas e equipamentos colectivos a região cresceu a um ritmo superior ao verificado no país, sendo positiva a evolução dos indicadores relativos à Educação, Saúde, Acessibilidades, Saneamento Básico e Ambiente. É preciso uma **Carta Regional de Equipamentos Colectivos** que permita saber o que é necessário investir e racionalizar para garantir os serviços mínimos às populações.

**Em matéria de equipamentos públicos a nossa prioridade é fazer avançar o mapa judiciário.** Além da melhoria da oferta em termos de tribunais em cada uma das circunscrições (Juízo do Trabalho, Juízos de Família e Menores, Juízo de instrução criminal, Juízo de grande instância cível, Juízos de pequena e média instância cível, Juízos de instância criminal) prevê-se a criação de um **Juízo de Execuções** e de um **Juízo do Comércio**, com competência para as duas circunscrições.

Tendo em conta as actuais infra-estruturas existentes no Algarve em termos de “parque judiciário” bem como as potencialidades que ainda têm alguns dos actuais Tribunais, com pequenas obras que os respectivos Municípios poderiam suportar, os recursos humanos existentes e as necessidades da região para ter uma Justiça mais célere e mais eficaz, afigura-se **existirem as condições necessárias à implementação do novo modelo do mapa judiciário**, sem que isso obrigue o Ministério da Justiça a ter de fazer grandes investimentos.

Quanto ao **Tribunal da Relação do Algarve**, criado desde 1999, é necessário uma reflexão muito séria sobre a sua instalação, já que não há verba no Ministério da Justiça para avançar, tão breve como seria desejável, com a construção do novo Tribunal de Faro. É preciso encontrar uma solução para que este não seja um equipamento sempre adiado.

**Desta forma será possível implementar a baixo custo o novo mapa judiciário na região** e dotá-la, à semelhança de outras regiões do país com menor importância económica e menor volume processual, não só de tribunais eficazes mas, também, de um tribunal superior que há muito está criado e que se antevê como um factor de uma justiça mais célere e por isso de um maior progresso, para a região e para o País.

**A segurança é uma prioridade política para o Algarve.** O reforço de meios é sempre uma questão central, nomeadamente de meios humanos. Mas é preciso promover a acção conjunta das forças policiais, com a criação das equipas mistas. Para concentrar informação sobre todas as situações de crime violento, actuando quer ao nível da prevenção, quer ao nível da investigação. O sistema de vigilância tem vindo a ser reforçado com mais meios tecnológicos, nomeadamente de leitura automática de matrículas. Está em curso um programa de mapeamento georreferenciado das habitações dispersas, o que facilitará, através do GPS, o acesso mais célere a todos os locais. Mais informação, melhor conhecimento.

**Muito tem sido feito para uma maior coordenação interpolicial**, através do Gabinete Coordenador Distrital de Segurança, junto do Governo Civil. Agora, é passar a uma acção mais concertada. Também a criação dos Contratos Locais de Segurança, em fase de elaboração dos diagnósticos municipais, são um passo em frente para garantir o envolvimento dos agentes no terreno. As autarquias são fundamentais. Na criação de polícias municipais, onde for necessário. Mas também numa maior articulação intermunicipal em termos de segurança. Existe um novo despertar para os fenómenos da segurança. Novas exigências e novas respostas.

**É preciso um plano de mobilidade e transportes públicos para o Algarve**, que equacione a questão da mobilidade interna e as ligações a Andaluzia, do ponto de vista técnico e financeiro. O transporte individual de proximidade é o elemento essencial deste plano, assente sobretudo nas ligações intermunicipais, de curta distância, em que é necessário encontrar soluções ligeiras e flexíveis. O transporte ferroviário, nas suas múltiplas dimensões, deverá ser avaliado com realismo. Mas, também, o transporte marítimo de mercadorias e as áreas logísticas e os sistemas intermodais devem merecer melhor atenção. No aeroporto de Faro está a concretizar-se uma obra relevante, que vai aumentar a sua capacidade de atrair passageiros e melhorar a sua competitividade, devendo este ser um pólo importante na mobilidade da região. Um bom plano deve ter em conta a questão energética e a região deve servir para um projecto piloto para o carro eléctrico. Queremos tornar **o Algarve acessível e sustentável no horizonte 2020 e encontrar um modelo de gestão integrado através de uma Entidade Regional de Transportes**.

**O domínio da energia deve merecer especial atenção, quer em matéria de consumo, como de produção**. No domínio das energias renováveis, a região aproveita pouco o seu enorme potencial e não intervém nalguns sectores recuperando resíduos, óleos e outros subprodutos passíveis de serem aproveitados na produção de energia. Só agora surgem iniciativas para a concretização de **Centrais de Biomassa e Solar Térmica** na região e mesmo a capacidade de geração de energia eólica está ainda subaproveitada. Por outro lado, a produção de energia em offshore parece ter também boas perspectivas que é preciso avaliar.

É fundamental o aprofundamento da cooperação transfronteiriça. Esta é uma questão central para o nosso futuro. É preciso que a região ganhe dimensão de mercado que permita atrair investimento. Temos de consolidar **um mercado único com Andaluzia** e promover uma maior coordenação neste espaço económico.

O Algarve tem de continuar a ser uma região de "bom acolhimento". O presente e o futuro da região passa pela capacidade de conviver com este "caldo cultural" que dá ao Algarve uma projecção internacional e um certo cosmopolitismo. **A multiculturalidade é uma marca de progresso e desenvolvimento**.

## A REFORMA INSTITUCIONAL

**Nunca o país foi tão descentralizado e nunca a administração regional teve menos poder e capacidade de intervenção.** A descentralização fez-se basicamente do estado central para as autarquias. Tal facto coloca duas questões: a irrelevância dos poderes regionais e a sobrecarga sobre o poder local.

**As instituições de referência regional definham.** A CCDR perdeu competências naquilo que era essencial: a gestão do litoral. A ERTA está condicionada às acções previstas no Plano Nacional de Turismo. A Comunidade Intermunicipal - AMAL esgotou-se na gestão de fundos e não conseguiu afirmar nenhum projecto relevante de base regional. Os poderes regionais tornaram-se quase irrelevantes do ponto de vista político.

Existem **um número imenso de serviços desconcentrados do estado**, com cada vez menos recursos e sem coordenação, alguns deles quase sem competências, que não sendo propriamente uma inutilidade, precisam ser repensados.

**As autarquias têm mais competências e menos recursos.** Têm mais dificuldade em encontrar respostas para um quadro muito diversificado de problemas. Muitos concelhos não têm dimensão crítica, outros estão estrangulados financeiramente. As empresas municipais agravaram o défice dos municípios e, em geral, não trouxeram melhor gestão da coisa pública. As Juntas de Freguesia têm poucas competências e em alguns casos a sua existência é questionável.

É por isso necessária uma **profunda reforma da administração desconcentrada do estado e das autarquias locais.**

**Avançar com a regionalização** seria certamente a alavanca desta reforma. Permitiria **a extinção da AMAL, a racionalização dos serviços desconcentrados, dos serviços autónomos e do sector empresarial do estado**, com um corte do que está a mais, com a fusão de muitos serviços, com a redução drástica das chefias, para uma maior coordenação. E, simultaneamente, intervir na administração local para lhe dar dimensão crítica e eficácia, com o **aprofundamento das parcerias intermunicipais sub-regionais e a reavaliação do papel e do financiamento das Juntas de Freguesia.**

É neste contexto que se deve discutir **o fim dos Governos Civis** e de quem assumiria as funções de estado que lhes compete, na área da segurança e da protecção civil.

**Este é um desígnio nacional.** Reformar o estado, a administração pública e os órgãos de soberania. É neste contexto que devemos discutir o novo sistema eleitoral, a composição e a requalificação da Assembleia da República. A revisão constitucional deve ser o tónico para esta discussão.

## UM PARTIDO "TODO-O-TERRENO"

O objectivo principal do Partido Socialista é continuar a merecer a confiança do Algarve. Queremos dar um contributo decisivo para um bom resultado do PS nas próximas eleições legislativas. E queremos ter mais mandatos autárquicos e, concretamente, mais presidências de câmaras. Com ambição e determinação.

A principal preocupação neste mandato é **a organização interna do PS no Algarve**, com o acompanhamento das estruturas concelhias e maior proximidade aos órgãos eleitos, procurando dar um novo estímulo ao trabalho conjunto na preparação do próximo processo eleitorais. É preciso mobilizar os militantes dando-lhes mais oportunidades de participar na vida do Partido, nas suas acções e nas suas escolhas.

Pretendemos manter o **Fórum Autárquico Regional**, para discussão dos grandes temas regionais, mas também para troca de experiências e dar a conhecer projectos inovadores no domínio autárquico.

Vamos lançar o **movimento "GERAÇÃO 30"**, gerando um amplo e contínuo debate de ideias, no sentido de acolher muitas das preocupações, das aspirações e das propostas dos jovens activos da região. Assumimos a necessidade de rejuvenescer o Partido, integrando os jovens nas nossas acções políticas, dando-lhes mais oportunidades de participar em órgãos de decisão local e regional.

Queremos manter ao mais alto nível a formação de jovens quadros, através da **Universidade Meridional**, que é indiscutivelmente o projecto mais interessante do PS Algarve. Esta universidade faz formação em políticas públicas e administração e gestão. É, certamente, um dos maiores contributos para a integração de jovens na vida do PS Algarve.

Vamos manter uma coordenação com a **Juventude Socialista**, com um programa de trabalho que envolva os jovens e apoie a intervenção da JS perto do associativismo juvenil e estudantil.

Assumimos em todos os órgãos de âmbito regional **uma verdadeira igualdade de oportunidades entre géneros**, não por uma questão de quota, mas por isso reflectir os equilíbrios da sociedade portuguesa. Vamos prosseguir a nossa colaboração com o **Departamento das Mulheres Socialistas**, envolvendo e apoiando a sua estrutura nas acções a desenvolver.

Por outro lado, é importante que o PS seja capaz de encontrar formas de dar expressão a muitas das aspirações dos movimentos sociais, ligados a causas ambientais, culturais, solidárias e cívicas, bem como dar respostas às propostas de sindicatos e associações empresariais.

Mantemos a nossa firme convicção de desenvolver esforços para encontrar pontos de convergência com outras forças políticas e sociais da região sobre as questões essenciais que importam ao Algarve.

O PS Algarve tem vindo a ouvir e a dar nota das preocupações da região junto do Governo. Vamos reactivar o **Estado da Região**. Iremos desenvolver trabalho em duas frentes: a economia regional e o sector social.

O desafio é trabalhar de forma estruturada para preparar um projecto, uma estratégia de intervenção e de mobilização regional com vista à regionalização. Queremos trocar experiências com outras regiões, queremos estar preparados, com uma visão para o futuro. Estaremos, agora, em condições de organizar o **FÓRUM INTERREGIONAL** sobre regionalização.

Por outro lado, é necessária **uma participação efectiva de cidadãos estrangeiros na vida do PS**.

O Partido Socialista está atento à realidade regional e reconhece a importância das comunidades estrangeiras na região e o papel que podem desempenhar na abertura do Partido a novas culturas e a diferentes vivências.

O esforço feito para promover a adesão de residentes estrangeiros ao Partido, nomeadamente de cidadãos da União Europeia, ficou muito aquém do que seria desejável. É necessário fazer muito mais. Por isso, vamos instituir reuniões periódicas com as comunidades estrangeiras e organizações de emigrantes na região e apelar à sua participação nas acções do PS Algarve.

O PS Algarve tem adoptado um espírito de cooperação e troca de experiências com outras estruturas partidárias de índole regional, numa estratégia de afirmação da região a nível internacional.

O PS Algarve tem hoje **uma relação de confiança com o PSOE de Andaluzia**, havendo a participação mútua em acções políticas de ambos os Partidos, particularmente nos respectivos Congressos, em que tem havido uma representação ao mais alto nível. É preciso, agora, aprofundar a experiência anterior, formalizar um plano de acção conjunta ao nível das questões já identificadas (agenda local XXI, energia, fogos florestais, logística e transportes) e criar grupos de trabalho sectoriais para trocas de experiências.

**Estamos a viver momentos de grandes dificuldades, que exigem de nós muito trabalho no terreno, com convicção, coragem e confiança. Temos um património político a defender. E temos de estar à altura destes novos tempos.**